

Relator estuda remanejamento

Após análise do programa de trabalho dos diversos órgãos, o relator geral da Comissão de Orçamento optou pela identificação daqueles projetos que, mesmo prioritários, pudessem ser remanejados em benefício de outros setores mais carentes do ponto de vista sócio-econômico.

"Nessa análise, levou-se em conta, além das indicações apresentadas, a fonte de recurso", diz o parecer preliminar. Esse procedimento deveu-se ao ato de que uma das principais origens de recursos está na Fazenda 144 — Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional, que o relator entende como sendo recursos que pela sua natureza devem ser direcionados a projetos que tragam imediato retorno à sociedade.

Agindo dessa forma, o relator selecionou 11 setores para que fosse possível o remanejamento de NCz\$ 450 milhões para atender a outros que, no seu entendimento, precisam de reforço. Assim, para o Tribunal de Contas da União (TCU) foi proposto o cancelamento de NCz\$ 5 milhões.

Para a Secretaria de Assessoramento da Defesa Nacional, o relator Eraldo Tinoco propõe o cancelamento de NCz\$ 29 milhões. Esses recursos serviriam ao desenvolvimento de tecnologia no campo nuclear, que deveria ser custeado integralmente por recursos ordinários. A proposta contida no projeto de lei encaminhado pelo Executivo era de NCz\$ 89 milhões para esse projeto.

O Estado Maior das Forças Armadas (Emfa) foi contemplado com uma proposta de cancelamento de NCz\$ 20 milhões. O relator discrimina os projetos de desenvolvimento de satélites; de veículos lançadores de satélites; de construção de campo de lan-

çamento de Alcântara; e apoio a projetos de comunicação que totalizam NCz\$ 135.457 mil. Desse total NCz\$ 76 milhões estão classificados como "condicionados" e NCz\$ 59.457 mil como despesas "incondicionadas", ou seja, a sua execução está assegurada. Portanto, o cancelamento proposto não afetaria sensivelmente a execução dos projetos.

A Comissão de Energia Nuclear (Cnen) poderá sofrer um cancelamento de NCz\$ 5 milhões, enquanto que as Indústrias Nucleares do Brasil S.A. (Nuclebrás) sofreria um cancelamento de NCz\$ 10 milhões.

Os ministérios do Exército, Marinha e Aeronáutica poderão sofrer, conjuntamente, cancelamentos que atingem o montante de NCz\$ 330 milhões. Outros contemplados com cancelamentos propostos pelo relator Eraldo Tinoco são a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (Embrater), com NCz\$ 20 milhões; Instituto do Açúcar e do Álcool (Iaa), com NCz\$ 21 milhões; Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro), com NCz\$ 10 milhões.

Pela proposta do relator Eraldo Tinoco os órgãos e unidades que devem ser objeto de adição de valores são: Secretaria Especial de Ciência e Tecnologia (NCz\$ 20 milhões); Ministério da Agricultura (NCz\$ 70 milhões); Ministério do Interior (NCz\$ 50 milhões); Ministério das Minas e Energia (NCz\$ 130 milhões, dos quais NCz\$ 120 milhões destinam-se ao setor elétrico); Ministério da Saúde (NCz\$ 20 milhões); e Ministério dos Transportes (NCz\$ 160 milhões, que serão destinados a recuperação da malha viária e transportes urbanos).